

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.565	49.941
Concessionárias	5	22.170	36.205
Impostos e contribuições sociais	6	22.002	6.626
Cauções e depósitos vinculados	9	125	
Prêmio de risco - GSF	10	541	
Outros créditos	11	7.053	9.351
Total do Ativo Circulante		62.058	102.125
Não circulante			
Tributos diferidos	7	7.258	5.551
Cauções e depósitos vinculados	9	2.883	3.656
Prêmio de risco - GSF	10	1.335	
Outros créditos	11	17.260	14.898
Propriedades para investimentos		30.736	9.463
Imobilizado	12	217.756	455.859
Intangível	13	32	27.237
Total do Ativo Não circulante		248.524	497.994
TOTAL DO ATIVO		310.582	599.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Administração

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO			
Circulante			
Forneceedores	14	5.019	41.780
Impostos e contribuições sociais	6	8.757	11.458
Débitos em aberto	15	15	3.009
Débitulos	16	64.348	63.267
Emprestimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	2.525	2.525
Benefícios pós-emprego	18	527	151
Encargos setoriais	19	2.149	3.334
Outras contas a pagar	11	2.992	7.709
Total do Passivo Circulante		84.792	133.563
Não circulante			
Débitulos	16	89.314	59.976
Emprestimos e financiamentos	17	5.461	6.481
Benefícios pós-emprego	18	11.204	9.763
Encargos setoriais	19	2.318	3.880
Provisões	20	1.804	1.804
Outras contas a pagar	11	7.367	3.760
Total do Passivo Não circulante		115.664	78.856
Reservas de lucros	21, 3	39.636	284.373
Outros resultados abrangentes	21, 3	74.296	105.927
Total do Patrimônio líquido		110.126	387.163
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		310.582	599.582

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2016	2015
Receitas	22	203.365	289.612
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	23	(32.198)	(134.474)
Custo do serviço de energia elétrica		(25.602)	(41.122)
Custo de operação		(497)	(323)
Custo do serviço prestado a terceiros		(58,297)	(175,919)
Lucro bruto		145.068	113.693
Despesas e Receitas operacionais	23	(11.564)	(17.363)
Despesa gerais e administrativas		(3.290)	(5.585)
Depreciações e amortizações		(2.367)	(11.090)
Outras despesas e receitas operacionais		(11,222)	(34,038)
Resultado das participações societárias		127,847	112,551
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	24	117.665	3.408
Resultado financeiro		30,509	(20,020)
Receitas financeiras		(16,294)	(16,612)
Despesas financeiras		109,553	95,939
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	25	127,867	(13,435)
Tributos sobre o lucro		2,277	(7,077)
Imposto de renda e contribuição social correntes		1,450	(7,077)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1,677	(14,142)
Resultado líquido do exercício	26	111,230	81,797
Resultado por ação atribuído aos acionistas		1,450	(7,077)
Resultado líquido dividido por ação (realizações)		0,56573	0,08175
ON			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Resultado líquido do exercício	111.230	81.797
Outros resultados abrangentes		
Garhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	(462)	(2.671)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	157	908
Resultado abrangente do exercício	110.925	80.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Geração do valor adicionado	244.887	349.993
Receita operacional	234.280	334.275
Receita relativa à construção de ativos próprios	6.786	15.706
Outras receitas	1.626	27
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(57.374)	(18.336)
Custos da energia comprada	(29.421)	(140.559)
Encargos de uso da rede elétrica	(6.059)	(7.621)
Materiais	(2.334)	(7.416)
Serviços de terceiros	(13.105)	(21.852)
Outros custos operacionais	(6.455)	(11.908)
Valor adicionado bruto	187.513	160.637
Retenções	(9.140)	(21.879)
Depreciações e amortizações		
Valor adicionado líquido produzido	178.373	138.758
Valor adicionado recebido em transferência	12.179	3.543
Receitas financeiras		
Resultado da equivalência patrimonial		
Valor adicionado total a distribuir	190.552	175.197
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	13.287	20.226
Benefícios	3.333	2.979
FOTs	805	1.448
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	29.536	47.296
Estaduais	114	398
Municipais	46	92
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	30.059	20.020
Aluguéis	2.142	941
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	6.851	32.364
Dividendos	70.177	
Lucros retidos	156.360	125.764
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.202	67.448
Saldo em 31 de dezembro de 2016	190.552	175.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Energest S.A. (Companhia ou Energest), sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias de Brasil S.A. (EDP - Energias de Brasil), constituída em 7 de agosto de 2000, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante; implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético; e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia.

1.1 Cisão

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 29 de fevereiro de 2016, foi aprovado o Protocolo de Cisão Parcial da Companhia, onde os ativos cindidos foram devidamente incorporados pela EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (EDP PCH) nesta data. A Companhia transferiu para a EDP PCH as autorizações e/ou concessões das Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs Viçosa, São João, Alegre, Futuras, Juro e Rio Bonito e da Usina Hidrelétrica - UHE Sagu.

A Companhia contratou empresa especializada para a realização do Laudo de Avaliação afim de apurar: com base no Balanço Patrimonial da Companhia em 31 de outubro de 2015, o montante a ser cindido. O Laudo de Avaliação utilizou como critério o valor patrimonial líquido da Companhia, com base nos critérios previstos na legislação aplicável, resultando em um acervo líquido criado de R\$272.387, na data base de 31 de outubro de 2015. Visto que a cisão foi concluída apenas em 23 de fevereiro de 2016, o acervo cindido apresentado no Laudo de Avaliação foi atualizado com as variações patrimoniais ocorridas no período, resultando no acervo cindido líquido final de R\$265.589, conforme demonstrado abaixo:

	29/02/2016	PASSIVO	29/02/2016
ATIVO		Circulante	
Circulante			
Estoque	2.920	Emprestimos, financiamentos e encargos de dívidas	2.525
Prêmio de risco - GSF	606	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.698
Outros créditos	9.750	Outros resultados abrangentes	1.698
Total do Ativo Circulante	13.276	Total do Passivo Circulante	5.921
Não circulante		Não circulante	
Cauções e depósitos vinculados	2.410	Emprestimos e financiamentos	1.141
Prêmio de risco - GSF	276	Benefícios pós-emprego	3.398
Total do Ativo Não circulante	2.686	Total do Passivo Não circulante	4.539
Propriedades para investimentos	4.899	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	232.344	Capital social	245.101
Intangível	27.251	Reservas de lucros	27.236
Total do Ativo Não circulante	267.880	Outros resultados abrangentes	(6.748)
TOTAL DO ATIVO	261.156	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	261.589
em 27 de janeiro de 2016 e BNDES, por meio da carta nº 09/2016, e em 18 de fevereiro de 2016 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Autorizatória nº 5.633, anuíam o processo de cisão. Em 25 de maio de 2016 foram assinados os termos aditivos aos contratos de concessão.			

1.2 Concessão

A Companhia possui joint à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a seguinte concessão de geração por período de até 20 anos:

Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MW/m)	Concessão
UHE Mascarenhas	ES/MC			1.882	1.407/1.995	10/2025
(*) Não auditado pelos órgãos independentes						
A Companhia comercializa sua energia nos seguintes ambientes: (i) Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCARs, negociados principalmente com terceiros; e (ii) Ambiente de Contratação Livre - ACL, por meio de contratos de curto e longo prazo, negociados com terceiros e com partes relacionadas (Nota 5 e 8).						
Na exploração do aproveitamento hidroelétrico, a concessionária tem ampla liberdade de direção de sua gestão, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, das normas regulamentares, das normas regulatórias e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.						
No final da Concessão da UHE Mascarenhas, o saldo remanescente dos ativos vinculados a concessão serão revertidos e indenizados pela União, em critério de cálculo a ser definido pelo Poder Concedente. O prazo de concessão poderá ser prorrogado por período de até 20 anos.						

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	109.553	95.939
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	9.091	21.623
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	2.659	10.177
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	22.671	17.595
Uso do bem público - atualização monetária e AIV	151	851
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	1.426	917
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	4.407	208
Provisões para encargos ambientais - atualização monetária e AIV	2	2
Participações societárias	151	(32.896)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	1.156	1.210
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	1	(101)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(7.324)	(248)
Amortização do prêmio de risco - GSF	537	
144.409	115.283	
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	14.035	9.167
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(5.061)	(14.618)
Prêmio de risco - GSF	(5.396)	
Outros ativos operacionais	(29.220)	(1.034)
(25.642)	(6.481)	
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Forneceedores	(36.761)	18.703
Outros tributos e contribuições sociais	8.620	16.782
Benefícios pós-emprego	532	(277)
Encargos setoriais	474	(3.605)
Provisões	1.083	900
Uso do bem público	(258)	(1.481)
Outros passivos operacionais	5.635	(994)
(20.675)	22.226	
Caixa proveniente das atividades operacionais	98.092	130.828
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.682)	(20.893)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	83.430	109.935
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos		
Ativos que imobilizaram e intangível	(6.786)	(15.706)
Fluxo líquido (aplicados nos) provenientes das atividades de investimento	(6.786)	39.821
Caixa de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(124.354)	(95.615)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	88.933	
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	(50.418)	(12.104)
Pagamento de encargos de contas líquido de derivados	221.478	(21.181)
Fluxo líquido aplicado nas atividades de financiamento	(117.020)	(125.008)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(40.376)	24.546
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	129.806	49.941
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	(40.376)	24.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	253.436	322.972	(1.738)	-	584.670
Aumento da AGE de 20/02/2015	221.478	(221.478)			
Redução de capital - AGE de 17/11/2015	(200.177)				(200.177)
Dividendo adicional aprovado AGE de 10/04/2015		(45.000)			(45.000)
Lucro líquido do exercício				81.797	81.797
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal		4.090		(4.090)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(32.364)	(32.364)
Lucros retidos a deliberar		45.343		(45.343)	-
Outros resultados abrangentes					
Garhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			(2.671)	(2.671)	(2.671)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			908	908	908
Saldo em 31 de dezembro de 2016	284.				

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

Em relação às normas ainda não adotadas pela Companhia descritas abaixo, a Administração acredita que as mesmas não gerarão efeitos relevantes nos demonstrativos reportados nas demonstrações financeiras.

2.7.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 15 - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em janeiro de 2016 foi emitida a IFRS 16 que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. A IFRS 16 requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo arrendamentos comerciais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendatários foram substancialmente mantidos. O IFRS 16, em geral, deverá ser aplicada retroativamente e substituirá o IAS 17 (CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil) e correspondentes interpretações.

2.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia

CPC 47 - Recita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em conexão à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retroativamente a partir de 1º de janeiro de 2016 e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em conexão à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e trata como principais modificações: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retroativamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 10/16 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)

A revisão estabelece alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos sobre o IASB sobre passivos decorrentes de atividades de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas.

2.7.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2016

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2016, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 09/15 e nº 09/16, emitidas pelo CPC. As normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Adesão à proposta de repactuação de Risco Hidrológico

Em 5 de janeiro de 2016 a Companhia protocolou junto à ANEEL o pedido de anulação de repactuação do Risco Hidrológico, e também a petição de desistência das ações judiciais ajuizadas à Companhia, com renúncia do direito sobre o qual corresponde a ação judicial ingressada por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE.

A decisão recorrida foi embasada na avaliação dos vários cenários do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e o Energy Scaling Factor - GSF, por meio de um modelo econômico financeiro, tendo como principal objetivo o equilíbrio entre o custo efetivo do risco hidrológico e o custo do prêmio de risco associado a cada opção de repactuação.

Para suportar essa decisão, a Companhia contratou pareceres independentes nas vertentes energética, econômica e jurídica, envolvendo os aspectos tributários e de fluxo de caixa.

Após análises, a Companhia optou pela repactuação do risco hidrológico no ACR no produto SP94, no montante de R\$4.513, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2015, onde 94% da exposição ao GSF é protegida, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015. Este montante será amortizável linearmente no período de janeiro de 2016 a fevereiro de 2024.

Em 28 de janeiro de 2016 a ANEEL, por meio do Despacho nº 243/16, anula a adesão da Companhia à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A Companhia optou pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

3.2 Captação de recursos

Durante o exercício de 2016 a Companhia realizou a seguinte captação de recursos:

Fonte	Liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 2ª Emissão - Série 1	abr/16	abr/18	36.000	CDI + 2,25% a.a.	Reforço de capital de giro e refinanciamento do endividamento
Debêntures - 2ª Emissão - Série 2	abr/16	abr/20	54.000	CDI + 2,65% a.a.	Reforço de capital de giro e refinanciamento do endividamento
Total			90.000		

Para mais informações sobre as emissões, vide nota 16. Os recursos captados foram destinados ao pagamento de parte das debêntures da sua 1ª emissão, cujo vencimento ocorreu em abril de 2016, e para reforçar o capital de giro da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Bancos conta movimento

Aplicações financeiras - renda fixa

Operações compromissadas listadas em Debêntures

Total

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo aferido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

5 Concessionárias

Circulante

Concessionárias

Suprimento de energia elétrica

Energia de curto prazo

8 Partes Relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 15), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Consumidores e concessionárias	Relacionamento	(R\$/MWh)	Duração	Ativo			Passivo			Recitas (Despesas)	
				Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante	Operacionais	Financeiras
				31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	2016
Venda energia elétrica											
EDP Bandeirante	Controle comum	216,85	01/01/2008 a 31/12/2037	28	26	-	-	-	252	208	-
EDP Comercializadora	Controle comum	-	01/12/2010 a 28/02/2016	-	59	-	-	-	126	627	-
EDP Comercializadora	Controle comum	-	01/01/2013 a 31/12/2022	8.146	6.057	-	-	-	87.828	71.909	-
EDP Comercializadora	Controle comum	-	01/01/2013 a 31/12/2017	5.550	1.753	-	-	-	63.110	19.224	-
EDP Comercializadora	Controle comum	-	01/01/2015 a 31/12/2015	-	-	1.622	-	-	-	17.335	-
EDP Escelsa	Controle comum	221,40	01/08/2001 a 28/02/2016	-	460	-	-	-	6.501	5.086	-
EDP Escelsa	Controle comum	238,39	01/01/2002 a 28/02/2016	-	2.182	-	-	-	1.106	24.128	-
EDP Escelsa	Controle comum	220,67	01/01/2007 a 28/02/2016	-	3.503	-	-	-	5.249	29.453	-
EDP Escelsa	Controle comum	138,22	01/01/2008 a 31/12/2015	-	38	-	-	-	-	320	-
EDP Escelsa	Controle comum	215,73	01/01/2008 a 31/12/2037	66	52	-	-	-	533	441	-
EDP Escelsa	Controle comum	209,67	01/01/2013 a 31/12/2041	-	1	-	-	-	-	2	-
EDP Escelsa	Controle comum	145,49	01/01/2016 a 31/12/2018	4	-	-	-	-	47	-	-
Lajeado Energia	Controle comum	156,45	01/01/2015 a 31/12/2015	-	704	-	-	-	-	7.525	-
Lajeado Energia	Controle comum	243,64	01/05/2015 a 31/12/2019	1.631	1.632	-	-	-	19.261	11.699	-
				15.425	18.089	-	-	-	184.013	187.957	-
Outros créditos e outras contas a pagar											
Compartilhamento de gastos com pessoal											
EDP Escelsa	Controle comum	-	31/12/2015	-	-	-	-	-	15	(15)	-
				-	-	-	-	-	15	(15)	-
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos (a)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora	-	01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL	-	-	-	-	-	52	29	(707)
Pantanal	Controle comum(*)	-	-	-	-	41	-	-	-	41	-
				-	-	41	-	-	52	29	(707)
				-	-	-	-	-	-	-	(480)
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)											
EDP Escelsa	Controle comum	-	29/07/2015 a 29/07/2019	-	-	-	-	-	62	56	(189)
EDP - Energias do Brasil	Controladora	-	29/07/2015 a 29/07/2019	-	-	-	-	-	107	126	(1.342)
Pantanal	Controle comum(*)	-	29/07/2015 a 29/07/2019	-	-	14	-	-	-	-	164
				-	-	14	-	-	169	182	(1.531)
				-	-	-	-	-	-	-	(68)
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 8.1.3)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora	-	15/06/2016 a 15/06/2021	-	-	-	-	-	38	(38)	-
				-	-	-	-	-	38	(38)	-
Contrato Jurídico sobre o Parecer do GSF											
Lajeado Energia	Controle comum	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-
ECE Participações	Controle comum	-	31/12/2015	-	-	4	-	-	-	4	-
Enepeixe	Controle comum	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-
				-	-	8	-	-	-	8	-
Prestação de serviços de consultoria ambiental (c)											
Santa Fé	Controle comum	-	01/01/2011 a 28/07/2016	-	18	-	-	-	65	93	-
Costa Rica	Controle comum	-	01/01/2011 a 31/12/2016	-	75	-	-	-	513	1.039	-
Pantanal	Controle comum(*)	-	01/01/2011 a 31/12/2016	-	29	-	-	-	19	186	-
				-	122	-	-	-	597	1.318	-
Devolução - Prêmio de seguro											
EDP - Energias do Brasil	Controladora	-	31/12/2016	-	-	140	-	-	-	97	43
				-	-	140	-	-	-	97	43
Cisão (d)											
EDP PCH	Controle Comum	-	01/03/2016 a Indeterminado	-	-	17.120	-	-	7.087	10.033	-
				-	-	17.120	-	-	7.087	10.033	-
				-	-	122	17.260	63	-	7.346	226
				-	-	-	-	-	8.451	163	43
Fornecedores											
Uso do sistema de distribuição											
EDP Escelsa	Controle comum	-	01/08/2005 a 17/07/2025	-	-	-	-	334	589	(5.077)	(6.656)
EDP Comercializadora	Controle comum	-	01/01/2015 a 31/12/2015	-	-	-	-	673	-	-	(7.191)
EDP Comercializadora	Controle comum	-	01/01/2015 a 31/12/2015	-	-	-	-	1.182	-	-	(11.484)
EDP Comercializadora	Controle comum	-	01/05/2015 a 31/12/2015	-	-	-	-	2.344	-	-	(16.806)
				-	-	-	-	334	4.788	-	(5.077)
				-	-	-	-	334	4.788	7.346	226
				-	-	-	-	-	-	-	(42.137)
				-	-	-	-	-	-	-	145.983

Os saldos de Concessionárias são reconhecidos ao valor justo, pelo valor futuro, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

O saldo de Concessionárias, totalmente em vinculação, refere-se a: (i) venda de energia em negociações bilaterais ou em Leilões de energia promovidos pela ANEEL; e (ii) venda de sobra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias, quando necessário, é constituída uma Provisão Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não há saldo de PECLD na Companhia em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.4.

Ativo - Compensáveis	Saldo em 31/12/2015		Baixas	Atualização monetária		Adiantamentos / Pagamentos		Compensação de tributos		Reclas. sificação	Transfe-rência	Saldo em 31/12/2016
	Adição	Saldo em 31/12/2015		monetária	Pagamentos	de tributos						
Ativo - Compensáveis												
Imposto de renda e contribuição social	2.657	25.642	(7)	7.268	2.719	(10.949)	10	(9.119)	18.228	6		
ICMS	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PIS e COFINS	101	3.654	(7)	56	(91)	(3.820)	-	100	1.792	(934)	-	
IRRF sobre aplicações financeiras	1.588	1.138	-	-	-	(59)	-	2.476	2.262	(59)	-	
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	2.269	276	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
IRRF sobre juros sobre capital próprio (Nota 6.1)	453	235	-	-	(560)	-	-	-	-	-	128	
Encargos com pessoal	283	403	-	-	(4.854)	(4.854)	-	1.028	316	(9.298)	-	
Outros	1.011	8.894	-	-	(3.707)	(3.707)	-	316	-	-	-	
Total do Circulante Circulante	6.628	30.710	-	7.3								

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado

a) **Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos:** A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos que contemplam as atividades das áreas contábeis. A distribuição dos custos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da holding, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (*timesheet*). Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de custos foram anulados por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013. O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/12, na Consulta Pública nº 12/13 e na Audiência Pública nº 072/14, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Como resultado da Audiência Pública nº 072/14, em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699. A partir dessa norma, a EDP - Energias do Brasil e suas controladas foram, em grande parte, de 2º de maio de 2016, ao pedido de anulação prévia para novo modelo de compartilhamento de recursos humanos, que seguirá o critério regulatório aprovado. O novo critério alocará os custos com pessoal de maneira proporcional ao ativo imobilizado bruto (AIB), ponderado por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração) e excluídos os custos da holding e da comercializadora, que serão compartilhados de forma antecipada.

A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.278 publicado em 23 de dezembro de 2016, anulou a forma da minuta apresentada, o pleito da EDP - Energias do Brasil para a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos com as partes relacionadas EDP - Bandeirante, EDP Escalas, EDP Comercializadora, Energset, Investis, Lajado, Santa Fé, EDP QRD, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investis.

A partir desta anulação, a EDP - Energias do Brasil e suas controladas terão 180 dias para implementar o novo modelo de compartilhamento de recursos humanos utilizando o novo critério. Desta forma, para o encerramento destas demonstrações financeiras, permanecem válidos os atuais contratos de compartilhamento de atividades e alocação de custos.

b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Este contrato tem por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anulação para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escalas, EDP Bandeirante e Energset; e (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Escalas e Contratantes a Energset, EnerPrep, Santa Fé, EDP QRD, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investis. Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anulou o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anulação para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anulados sem retroatividade. O pedido foi anulado pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/2016. Os percentuais de rateio devem ser revisados anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anulação prévia da ANEEL. Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016, que revogou a Resolução Normativa nº 334/08, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação contratual.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos de infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

c) Prestação de serviços de consultoria ambiental

Os contratos de consultoria ambiental tem por objetivo a prestação de serviços de atividades relacionadas a assuntos energéticos, de intervenções e da área administrativa-técnica da operação da usina. Estes serviços passaram a ser realizados pela EDP PCH após 28 de julho de 2016.

d) Cisão

Os montantes a pagar e a receber junto à EDP PCH referem-se a contratos de prestação de serviços, transferência de funcionários e gastos diversos que encontram-se em processo de regularização após a cisão.

8.1 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

8.2 Compromissos contratuais

A Companhia possui contrato de venda de energia junto a Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (controlada em conjunto da EDP - Energias do Brasil) no montante de 4,1 MWh com início de suprimento em 1º de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2046.

A Companhia possui contrato de venda de energia junto a ECE Participações S.A. (controlada em conjunto da EDP - Energias do Brasil) no montante de 0,638 MWh com início de suprimento em 1º de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2046.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Em maio de 2016, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu plano de remuneração baseado em ações, o qual concede outorga futura de suas ações aos seus funcionários. Dentre os mesmos, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2016 da Companhia o montante de R\$38 a ser remobilizado para a controladora no momento da outorga. A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início do plano. Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária no prazo abaixo, quando da efetiva outorga das ações da controladora.

8.3.2 Remuneração anual total do Diretor Estatutário pagos pela Companhia nos exercícios findo em 31 de dezembro (em R\$)

	2016		2015	
	Diretoria Estatutária	Total	Diretoria Estatutária	Total
Remuneração (a)	1.567.014	1.567.014	2.691.876	2.691.876
Benefícios de curto prazo (b)	76.557	76.557	45.857	45.857
Benefícios - Previdência privada	209.602	209.602	240.499	240.499
Total	1.853.173	1.853.173	2.978.232	2.978.232

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além de benefícios e vantagens sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	Nota 31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos judiciais	20.1	125	2.883	2.888
Cauções e depósitos vinculados				
Total	20.1	125	2.883	2.888

10 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da respectação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 94% da exposição ao Generation Scaling Factor - GSF é protegida (Nota 3.1), o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$3.876, referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no exercício de janeiro de 2016 a fevereiro de 2024, de acordo com o Despacho ANEEL nº 243 de 28 de dezembro de 2016.

Períodos de amortização	31/12/2015	Adição	Cisão (Nota 1.1)	31/12/2016
Jan/2016 a Fev/2024	5.395	(637)	(882)	3.816

O valor cindido é decorrente do prêmio pago pela Energset referente às PCHs transferidas para a EDP PCH.

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	Nota 31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Outros créditos - Ativo				
Dispêndios a reembolsar	1.954	1.954		
Serviços prestados a terceiros	129	130		
Ressarcimento de custos - CDE	8	86		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8	122	17.260	63
Estoques	11.1	4.635	6.806	
Outros	251	339	93	
Total	7.055	9.351	17.260	156
Outras contas a pagar - Passivo				
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos		1.237		
Folha de pagamento		397	94	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas		8	7.346	226
Obrigações sociais e trabalhistas		11.2	2.576	4.704
Uso do bem público		11.3	1.512	3.534
Outros		19	162	21
Total		2.992	7.709	7.367

11.1 Estoques
Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

Os estoques da Companhia referem-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura de concessão, estão classificados na rubrica de imobilizado (Nota 12).

11.2 Obrigações sociais e trabalhistas
Referem-se aos montantes de provisão de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

11.3 Uso do bem público - UBP
Os saldos Circulante e Não circulante em 31 de dezembro de 2015 referem-se ao montante a pagar relativo ao direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato. O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP era proveniente das PCHs Alegre, Freitas, Jucu e Rio Bonito e foi transferido para a EDP PCH no processo de cisão (Nota 1.1).

12 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução no valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens é determinado à base, sendo que os custos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a essas reservas, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MOPSE aprovada pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício atual, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável.

16 Debêntures

16.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade	Valor emissão	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Forma de pagamento	31/12/2016				31/12/2015			
									Circulante	Circulante	Não	Total	Circulante	Circulante	Não	Total
									Circulante	Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante	Circulante	Total
	Instrução		1ª emissão em				Alongamento da dívida, CDI + 0,98% a.a. até Principal anual a partir									
Oliveria Trust	CVM nº 476/09	120.000	120.000	120.000	23/04/2012	23/04/2012 a 23/04/2017	financiamento de capital de giro e financiamento do CAPEX.	17/09/2015 CDI + 1,60% a.a. a partir de 18/09/2015 (i) e juros semestral	1.643	60.000	61.643	3.165	60.000	60.000	123.362	
(i) Custos de emissão			(635)					Amortização mensal		(23)	(23)	3.062		(95)	(24)	(119)
	Instrução		1ª Série da				Reforço de capital de giro	Principal em parcela única no vencimento								
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	CVM nº 476/09	3.600	36.000	36.000	20/04/2016	20/04/2016 a 20/04/2018	refinanciamento do em dívida da emissora.	CDI + 2,25% a.a. e juros semestrais	1.074		36.000	37.074				
(i) Custos de emissão			(427)					Amortização mensal			(275)	(275)				
	Instrução		2ª Série da				Reforço de capital de giro	Principal semestral a partir de abril/2018								
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	CVM nº 476/09	5.400	54.000	54.000	20/04/2016	20/04/2016 a 20/04/2020	refinanciamento do em dívida da emissora.	CDI + 2,65% a.a. e juros semestrais	1.654		54.000	55.654				
(i) Custos de emissão			(640)					Amortização mensal			(411)	(411)				
Total									4.371	59.977	89.314	153.662	3.362	59.905	59.976	123.243

(i) Conforme Assembleia Geral dos Debenturistas - AGD de 17 de setembro de 2015, ocorreu alteração do juros remuneratórios de CDI + 0,98% a.a. para CDI + 1,60% a.a., efetivo a partir de 18 de setembro de 2015.

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transmissão incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2016				31/12/2015			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		1		1	3,34	1.207	(7)	1.200
Reservatórios, barragens e adutoras	2,48	44.620	(24.849)	19.771	2,57	141.887	(48.702)	93.185
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,43	19.814	(14.959)	4.855	3,29	40.427	(20.246)	20.181
Máquinas e equipamentos	3,67	220.462	(45.146)	175.316	3,48	347.603	(67.255)	280.348
Veículos					14,29	1.585	(945)	640
Móveis e utensílios					6,25	546	(300)	246
Total do Imobilizado em serviço		284.697	(84.954)	199.743		533.255	(137.455)	395.800
Transmissão								
Máquinas e equipamentos					2,71	890	(129)	761
Administração						890	(129)	761
Edificações, obras civis e benfeitorias					5,88	160	(53)	127
Máquinas e equipamentos					11,58	1.899	(695)	1.194
Veículos					14,29	479	(426)	53
Móveis e utensílios					6,25	248	(123)	125
					2,776	(1.277)	1.499	
Total do Imobilizado em serviço		284.697	(84.954)	199.743		536.921	(138.861)	398.060
Imobilizado em curso								
Geração		18.013		18.013		57.424		57.424
Administração								275
Total do imobilizado em curso		18.013		18.013		57.799		57.799
Total Imobilizado		302.710	(84.954)	217.756		594.720	(138.861)	455.859

12.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2015	31/12/2016		31/12/2015	
		Ingressos	Transferências para serviços de manutenção	Depreciações	Reclassificações
Imobilizado em serviço					
Terrenos	1.200		(1)	(1)	1
Reservatórios, barragens e adutoras	93.185	8.459	(917)	(80.956)	19.771
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.308	111	(286)	(15)	4.655
Máquinas e equipamentos	282.303	578	(7.654)	(99.911)	175.316
Veículos	693		(37)	(656)	-
Móveis e utensílios	371		(7)	(364)	-
Total do imobilizado em serviço	398.060		9.148	(8.902)	(198.563)
Imobilizado em curso					
Terrenos	747				(747)
Reservatórios, barragens e adutoras	4.893	2.581	(258)	(934)	4.655
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.480	244		(92)	1.483
Máquinas e equipamentos	36.393	2.207	(8.883)	(37)	(322)
Adiantamento a fornecedores	83				155
A reater	11.064	199		(377)	377
Outros	3.149	804		(1.082)	(243)
Total do imobilizado em curso	57.799	5.835	(9.148)	(2.659)	(33)
Total do Imobilizado	455.859	8.589</			

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração a valor justo os instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos paduados no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação contábil maior a mensuração a valor justo. Quanto mais restrito o acesso à informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

27.2 Gestão de risco

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

27.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto à praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As Debêntures captadas pela Companhia apresentadas na nota 16, possuem como contraparte os agentes fiduciários Oliveira Trust S Simplicif Pavesini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui um risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado é o método para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público e Debêntures diferem do seu valor contábil.

27.2.1.1 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contabilmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco detalhado. Não quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxa de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em pressmas macroeconômicas obtidas do relatório FOCUS do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Atividade cenário provável								
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	449	449	449	449	112	224	(112)	(224)	(224)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	449	449	449	449	112	224	(112)	(224)	(224)
Debêntures	CDI (15,838)	(10,663)	(26,501)	(26,501)	(26,501)	(10,421)	5,322	(10,421)	5,322	10,733
Instrumentos financeiros passivos	CDI (15,838)	(10,663)	(26,501)	(26,501)	(26,501)	(10,421)	5,322	(10,421)	5,322	10,733
		(15,389)	(40,663)	(40,663)	(40,663)	(15,140)	(10,197)	5,210	(10,197)	5,210

A curva futura do Indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou intervalos entre 9,75% e 13,25% a.a..

27.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as captações efetuadas pela Companhia são apresentadas na nota 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2016 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Debêntures referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 29.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de fechamento dos seus planos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2016, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros	31/12/2016					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	
Fornecedores	3.093	1.819	107	5.019	41.780	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				7.346	7.346	226
Debêntures		64.348		89.314	153.662	123.243
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas						6.078
Uso do bem público						5.046
	3.093	66.167	107	96.660	166.027	176.373

27.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de debêntures com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impõe ao devedor a possibilidade de acionar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato aparecem descritos individualmente na nota 16. Até 31 de dezembro de 2016 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratuais (Nota 29.2) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte de acordo com o prazo de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

27.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2016 foi negativo em R\$52.736 (R\$51.426 negativo em 31 de dezembro de 2015). A administração da Companhia entende que possui controle satisfatório, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, à amortização de principal e aos juros das Debêntures, que poderão ser pagos com fluxos de caixa gerados pela operação ou por meio de refinanciamento das dívidas e ainda, se necessário, com aportes de capital para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

27.2.3 Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidrelétrica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desses riscos se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento de riscos entre os usuários participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos excessivos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um ratio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 94% deste risco hidrológico remanescente para a Corta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCBT mediante pagamento de prêmio (Nota 10).

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como premissas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a preparar as para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

27.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As operações financeiras são geradas a partir de letras, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Luz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Maria Clara de Oliveira Mala e Castro
Conselheira

DIRETORIA

Luz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu
Diretor de Sustentabilidade

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

André Luis Nunes de Melo Almeida
Diretor de Contabilidade, Títulos
e Gestão de Ativos

Jose Chrem Pinto
Diretor

Leonardo Nery dos Santos
Gestor de Contabilidade UNG e FT
Controlador - CRC ISP 261342/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Energis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energis S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 5 da seguinte introdução: "Responsabilidade do auditor independente em demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação desta opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento Técnico C09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menor sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.2.2.5 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	31/12/2016	31/12/2015
Total dos empréstimos e debêntures	153.662	129.321
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(9.565)	(49.941)
Dívida líquida	144.097	79.380
Total do Patrimônio Líquido	110.126	367.143
Total do capital	254.223	466.543
Índice de alavancagem financeira - %	56,68%	17,01%

28 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa no exercício de 2015 e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo. Em 2016, não houve transações de investimento e financiamento que não envolveram caixa.

	31/12/2016
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	3.009
Aumento de capital com integralização de reservas	221.478
Redução de capital	200.177
Total	424.664

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

As obrigações de compra incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decorso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2016				Total geral
	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022	

	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022	Total geral	31/12/2015
--	------	-------------	-------------	------------------	-------------	------------

Responsabilidades com locações operacionais	57	55			112	1.140
---	----	----	--	--	-----	-------

Obrigações de compra						
Materiais e serviços	28.413	5.478	104		33.995	41.633

Prêmio de risco - GSF				2.642	2.642	-
-----------------------	--	--	--	-------	-------	---

Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	15.838	9.157	343	2.642	25.388	16.147
---	--------	-------	-----	-------	--------	--------

	44.308	14.690	447	2.642	62.087	58.920
--	--------	--------	-----	-------	--------	--------

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2016, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2016				Total geral
	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022	

Responsabilidades com locações operacionais	46	46			92	967
---	----	----	--	--	----	-----

Materiais e serviços	22.839	4.629	96		27.564	35.490
----------------------	--------	-------	----	--	--------	--------

Prêmio de risco - GSF				5.408	5.408	
-----------------------	--	--	--	-------	-------	--

Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16.846	12.452	522	2.642	29.820	17.003
---	--------	--------	-----	-------	--------	--------

	39.731	17.127	618	5.408	62.884	53.460
--	--------	--------	-----	-------	--------	--------

29.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
------------------	------------	------------	------------

Avál de acionista	Seguro de vida	11.108	20.620
-------------------	----------------	--------	--------

Depósito caucionado	Empréstimos e financiamentos		846
---------------------	------------------------------	--	-----

	Outros	125	122
--	--------	-----	-----

Fiança Bancária	Ações judiciais	1.406	
-----------------	-----------------	-------	--

Seguro garantia	Compra de energia		432
-----------------	-------------------	--	-----

	Outros	1.052	
		13.691	22.200

30 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

Valor em risco	31/12/2016		31/12/2015	
	Límite máximo de indenização	Valor em risco	Límite máximo de indenização	Valor em risco

Subestações	22.537	22.537		
-------------	--------	--------	--	--

Usinas	247.252	120.000	414.899	170.000
--------	---------	---------	---------	---------

Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)			350	350
--	--	--	-----	-----

Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.600	1.600
------------------------	-------	-------	-------	-------

Acidentes pessoais	11.108	(*)	20.620	(*)
--------------------	--------	-----	--------	-----